

“O TRATAMENTO DAS EXPRESSÕES DE MODALIDADE DA LÍNGUA JAPONESA – NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA NO INTERIOR DO ESQUEMA DISCURSIVO” *:

Lídia Masumi Fukasawa

A Teoria do Discurso, embora recente, já nos mostrou as limitações de se tomar apenas a frase como objeto de estudos para a análise e apreensão do processo de significação da língua. A Semântica (tanto diacrônica quanto sincrônica) também nos mostrou que a frase, como unidade máxima de significado, constituía ainda um objeto de estudos de proporções e contornos frágeis: era preciso ir além da “frase”; era preciso passar da “frase” para o “texto”, na busca do “sentido”

A grande mudança de postura dos lingüistas veio à tona em face da certeza de que era preciso, para a apreensão do sentido, trabalhar com o texto como uma unidade discursiva. O texto passou a ser, portanto, a unidade mínima para a apreensão do sentido. O objeto da investigação lingüística passou a ser, não só o enunciado, mas a enunciação, inserida num contexto de situação. Surgiram, pois, as teorias pragmáticas: a *pragmática dos atos da linguagem* – com Austin e Searle, que desenvolveram estudos relacionados aos atos da produção de um enunciado (ato de locução), aos atos que realizo quando digo “eu prometo”, “eu ameaço”, “eu assevero” etc. (ato de ilocução), e aos atos de levar o destinatário a um certo comportamento (ato perlocutório); surgiu também a *pragmática conversacional*, que investiga a interação entre o enunciador e o enunciatário (o das implicaturas conversacionais e o do princípio da cooperação) e a *pragmática intencional* – com Ducrot, que trata dos implícitos lingüísticos e retóricos, isto é, dos pressupostos (dizer coisas, sem assumir responsabilidades) e dos subentendidos na enunciação, e que propõe a teoria dos discursos polifônicos – num texto, falam muitas vozes: o enunciador se desdobra em muitos personagens, assumindo várias personagens.

A língua assim entendida, isto é, enquanto processo de enunciação, passa a ser estudada, não só como um sistema de produção de enunciados

* Parte deste artigo foi objeto da Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos, em setembro de 1989, em Havana, Cuba.

e de suas significações, mas como um mecanismo gerador de enunciações e de sentidos. Essa linha de raciocínio encontra grandes adeptos também em inúmeros lingüistas brasileiros, que têm desenvolvido trabalhos relevantes no campo da análise do discurso, dos projetos semióticos e pragmáticos, na busca da geração do sentido.

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos realizados no Japão não percorreu, até certo estágio, trajetória diferente: os japoneses partiram do fonema, do morfema, chegaram à palavra, à frase, ao parágrafo. Mas, no que se refere à análise do discurso ou do texto, nota-se, no Japão, um fato curioso: os estudiosos dividiram-se nitidamente em 2 grupos – os denominados *kokugogakusha* (os que se ocupam da lingüística teórica) e os *kokugokyôikusha* (os que se ocupam da lingüística aplicada no ensino da língua japonesa). Os primeiros, embora tenham se lançado ao estudo do *bunshôron* (“estilística”), insistem em afirmar que a unidade máxima de sentido é a frase. Para estes, a análise do texto, tal qual foi definida pela Semiótica, pela Teoria do Discurso ou pela Pragmática, deve ficar no âmbito da análise literária, não no da língua. Os *kokugogakusha* resistem, ainda, em aceitar o texto como unidade de sentido. Os segundos, isto é, os estudiosos do grupo do *kokugokyôiku*, ao contrário, aceitaram facilmente os postulados dos estudiosos ocidentais com relação à teoria do discurso e à lingüística textual e desenvolvem estudos de ordem mais prática, de lingüística aplicada ao ensino da língua japonesa.

A divisão que caminhou em direção a esses dois veios poderá ter sido a razão de a teoria discursiva ter se iniciado, aparentemente com mais vigor, um pouco mais tarde no Japão (no máximo, há 10 anos), observando-se inclusive, nos estudos produzidos pelos *kokugoyôikusha*, uma adaptação quase que integral das teorias ocidentais, sobretudo na utilização da terminologia técnico-científica da Semiótica, da Pragmática e da Teoria do Discurso.

Os trabalhos dos lingüistas do grupo *kokugokyôiku* tiveram início no Japão, por influência de Grimes (1975), de Halliday e Hasan (1976), de vanDijk e Petöfi (1977), Coulthard (1977), Beaugrande e Dressler (1981), Chafe (1980), entre outros, e foram produzidos por Kuno Susumu, Makino Seiichi, Ikegami Yoshihiko, Minami Fujio, Hayashi Shirô, Tanaka Nozomi etc., a partir do final da década de 70, para o início de 80.

Em contrapartida, há poucos trabalhos produzidos por autores da escola *kokugogaku* nesse campo. É curioso notar que esses estudiosos não se lançaram para além dos estudos da frase – com exceção de Watanabe – dedicando-se muito pouco ou quase nada aos assuntos relacionados à enunciação, apesar de terem tido como seus grandes mestres, figuras valo-

rosas como Yamada Yoshio, Matsushita Daizaburô e Tokieda Motoki. Yamada já alertava, em seu *Nihon Kôgohô Kôgi*, “Tratado sobre a língua japonesa falada”, obra de 1908, para o “fator subjetivo” da língua, quando analisou os chamados “pronomes pessoais”. Yamada já assinalava a transformação do conteúdo do enunciado pela intencionalidade subjetiva dos interlocutores. Matsushita, em seu *Hyôjun Nihon Kôgohô*, “Gramática da língua falada padrão japonesa”, de 1930, já define os sujeitos da enunciação, inseridos dentro de um contexto de situação. Igualmente, Tokieda, em sua obra *Kokugogaku Genron*, “Princípios da gramática japonesa”, de 1955, já chamava a atenção para a relação do remetente com o discurso, a relação do contexto expresso com os vários componentes configuradores da situação de discurso. Tokieda já estabelece as funções da linguagem, em que ficam claras as funções do sistema enunciativo: distingue a função *jitsuyôteki (shudanteki) kinô* (função de “informar um fato ao leitor”, o que se assemelha à “função referencial”, “conativa” e, devido ao fator de subjetividade e intencionalidade do remetente, por ele levantado, à “função emotiva”, propostas por Jakobson); a função *shakôteki kinô* (função lúdica ou “função fática” de Jakobson) e a função *kanshôteki kinô* (“função poética” de Jakobson).

Não se pode deixar de citar também, Sakuma Kanae, que enfatizou, na língua, a determinação das relações entre a posição do remetente, do destinatário e dos demais elementos configuradores da enunciação.

Os postulados de Watanabe Minoru, apresentados principalmente em *Kokugo Kôbunron*, “Teoria da sintaxe da língua japonesa” (1971), foram também fundamentais para o desenvolvimento da teoria discursiva: o autor, um dos maiores pensadores da língua japonesa da atualidade, enfatiza a relação tripartite objeto/remetente/destinatário. Seus estudos sobre os dêiticos e, sobretudo, sobre os advérbios modalizadores (*chinjutsu fukushi*) e sobre os auxiliares modais (*jodôshi*) são dados primordiais para o prosseguimento dos estudos do discurso, da pragmática e da modalidade, como efeitos expressivos, comprometidos com o esquema de comunicação. Registrou enfaticamente o caráter psicológico que guia os elementos lingüísticos que configuram a situação de discurso.

Não se pode deixar de citar também os estudos de Ide Itaru e Takahashi Tarô, com suas pesquisas sobre *Bamen* “situação de enunciado” e *Ba* “situação de enunciação”, de 1956. Citaria, ainda, Nagano Masaru, discípulo de Tokieda, dentre outros.

É de se estranhar que essas linhas de investigações não tenham tido prosseguimento ao longo desses quase 20 anos – depois de Watanabe – de forma a se chegar definitivamente às teorias do discurso e da pragmática.

Parece que os estudos do *Kokugogaku* pararam na investigação da unidade frasal. Não temos conhecimento de estudos que tenham sido desenvolvidos na linha de Watanabe.

Essas vertentes que caminham em direções diferentes não nos parecem absolutamente producentes. Não podemos obter respaldo seguro apenas nos trabalhos fundados na lingüística aplicada ao ensino do japonês, que mostram bases teóricas frágeis. É preciso que se dê continuidade ao desenvolvimento dos postulados teóricos iniciados por Yamada, Tokieda e Watanabe. As pesquisas sobre a enunciação, iniciadas por Yamada e Tokieda, eram realizadas pelos estudiosos do *Kogugogaku*, na área da teoria textual, mas pendendo mais para o campo da estilística. O desenvolvimento dessa teoria parece ter se desviado e se atrasado, devido às dificuldades em se apreenderem as regras de sua estrutura, isto é, às dificuldades na sistematização do sentido no interior da estrutura discursiva, motivadas pelo seu caráter abstrato. O objeto central das pesquisas ficou restrito ao campo da *lanque*, o que, de fato, dificulta a resolução de vários problemas da própria *lanque*, como, por exemplo, o estabelecimento das diferenças entre os *joshi* “*wa*” e “*ga*”, o problema da linguagem de tratamento (expressões de respeito, polidez, modéstia etc.), o problema da pronominalização, dentre muitos outros.

Enquanto o desenvolvimento da teoria discursiva não se efetivar no Japão, somos obrigados a desenvolver pesquisas sobre o discurso da língua japonesa, tomando de empréstimo as teorias ocidentais, agora já em fase de franca evolução.

Toda língua deve ser estudada, não só à luz do seu aspecto lexicológico, morfo-sintático e semântico (no seu sentido restrito), mas à luz de seus componentes pragmáticos, na dimensão da enunciação, inserida num contexto de situação, mais amplo que o enunciado. É inegável que a linguagem humana é um meio de interação, onde se vê instaurado sempre um sujeito que exprime sua intencionalidade. Deste modo, toda e qualquer proposição encontra-se alicerçada em um certo *modo* ou *modalização* imprimida pelo locutor.

Dentre as formas discursivas de intencionalidade que a língua apresenta, trataremos, neste trabalho, das expressões de modalidade da língua japonesa.

O estudo dos elementos pragmáticos levar-nos-ão ao funcionamento das relações de comunicação, no interior dos quais as expressões de modalidade desempenham papel fundamental na formulação das atitudes ilocucionais e perlocucionais.

Entendemos como “expressões de modalidade” ou “modalizadores”, os meios pelos quais o sujeito da enunciação manifesta o modo como ele considera seu próprio enunciado. As expressões “talvez”, “eu creio que”, “em minha opinião”, por exemplo, registram a relação entre o sujeito da enunciação, isto é, entre sua postura discursiva e o enunciado.

As expressões de modalidade se manifestam, portanto, em todos aqueles elementos considerados fora do conteúdo informativo ou da descrição dos fenômenos do mundo natural, isto é, o conteúdo representativo na dimensão do relacionamento de um predicado com o sujeito, denominado *dictum*. Chamaremos de *modalidade* ou *modus*, a atitude tomada pelo sujeito falante com respeito ao conteúdo descrito no *dictum*; em outras palavras, os elementos que imprimem ao enunciado as marcas da intencionalidade do locutor, vale dizer, a atitude tomada pelo sujeito da enunciação, com respeito ao conteúdo daquilo que enuncia, em oposição ao conteúdo virtualmente descritivo, desprovido do caráter subjetivo do *modus*, imprimido pelo sujeito da enunciação.

Assim, a análise do discurso parte da frase e vai até o contexto, não só lingüístico como também não-lingüístico: o contexto situacional, o contexto social (posição ou status dos personagens envolvidos na enunciação), a relação de cooperação entre os sujeitos da enunciação. Deve trabalhar também com a pragmática, com a semiótica e com a teoria da comunicação.

A função primordial do discurso é veicular “informação + intenção”

Em língua japonesa, as expressões de modalidade podem ser expressas, de forma geral, pelas seguintes categorias:

- (1) por certos substantivos, usados no fim das orações (com função de *taigendome*), e pelos chamados *keishikimeishi* (ou *juntaijoshi*, como o quer Watanabe), ambos devidamente contextualizados. Nos exemplos:

Iya, migotona deki! “Mas que bela **performance!**”

Hidoi furi! “**Que modo de chover** terrível!”

Komatta hito! “**Uma pessoa que não tem jeito** mesmo!”

os substantivos *deki*, *furi* e *hito* apresentam, segundo Hayashi Shirô, a mesma força da função modalizadora na enunciação. O contexto geral das frases atribui-lhes uma conotação específica, de tal forma a imprimir-lhes toda a carga subjetiva do enunciador.

Nos exemplos:

- (1) *Raishûmade kanarazu kono hon'o yonde kuru koto!* “**É obrigatório** ler, sem falta, este livro até a semana que vem.”

- (2) *Kono tabiwa hitoride yuku noda*. “Desta vez, eu vou (**realmente**) sozinho”
- (3) *Tôhokuno hôni shutchôshite imasu*. “Está viajando, a serviço, **para os lados** da região nordeste.”
- (4) *Konna kantanna kotowa karenidatte wakaru hazuda*. “Uma coisa tão fácil, até para ele **deve** ser compreensível.”,

Verificamos que o *koto* da frase (1) expressa claramente um sentido de ordem, de imperativo; o *keishikimeishi* “no” exprime a modalização enfática do conteúdo narrado, imprimida pelo enunciador; no exemplo (3), o termo *hō* exprime uma nuance modal do enunciador, cuja intenção é deixar a região para onde o sujeito da frase foi, com sentido vago, indefinido; no exemplo (4), o termo *hazu* exprime noção de afirmação dubitativa.

(2) pelos auxiliares modais:

- a) os denominados *jodôshi*
- b) os denominados *fukujoshi*
- c) os denominados *shûjoshi*
- d) os denominados *kantôjoshi*

a) as partículas finais, denominadas *jodôshi*, que auxiliam a modalizar os “verbos” (*dôshi*), os “adjetivos” (*keiyôshi*) e os “nomes” (*taigen*) para a formulação do predicado, constituem também uma das categorias de modalidade mais investigadas pelos autores japoneses, haja vista os relevantes estudos realizados por Watanabe Minoru. Watanabe, ao propor a teoria da enunciação (*chinjutsuron*), detém-se na classificação e no estudo de cada uma dessas partículas modalizadoras da língua japonesa, ordenando-as em 3 categorias:

- I. as que se tornam parte integrante do predicado, isto é, do enunciado: *da, seru, reru, tai, sôda*;
- II. as que têm dupla natureza: tornam-se, às vezes, parte do conteúdo narrativo e, às vezes, entram no universo da enunciação: *rashii, nai, tai, nu*;
- III. as que geralmente fazem parte da enunciação: *darô, u/you, mai*.

Todos os três grupos obedecem a uma certa regra de compatibilidade e de ordem bem precisa de aparecimento dentro do enunciado. A ordem de sucessão obedece à ordem dos grupos mencionados: primeiro surgem os da categoria (1) (*da*: julgamento,

seru: voz causativa, *reru*: voz passiva/espontaneidade/possibilidade/respeito, *tai*: desejo, *sôda*: suposição negativa). A estes seguem-se os da categoria II (*rashii*: suposição, *nai*: negação e *ta*: ação conclusa), para finalmente aparecerem, no final da proposição, os da categoria III (*darô*: suposição, *u/you*: suposição e *mai*: suposição negativa).

Pode-se dizer, então, que os auxiliares verbais que surgem logo após o predicado, tendem a fazer parte do conteúdo narrativo (*dictum*); quanto mais se aproximam do final do enunciado, tendem a performar a enunciação (*modus*).

A título de ilustração, juntamos à explicação acima, o quadro de classificação proposto por Watanabe.¹

colones lignes	1		2		3		
A	<i>da (dearu)</i>		<i>rashii</i>		<i>darô</i>		
B	<i>seru (saseru)</i>	<i>reru (rareru)</i>	<i>tai</i>	<i>sôda</i>	<i>nai (nu)</i>	<i>ta</i>	<i>ô (yô)</i>
	<i>mai</i>						

Às vezes, a distinção entre *dictum* e *modus* é de difícil apreensão. No exemplo *Karewa ikanai*, tenho o auxiliar verbal *nai* desempenhando a função de descrever o conteúdo narrativo de “ele não vai”, mas acrescento ao enunciado, uma forma implícita de enunciação em que o enunciador concorda com o fato negativo contido em “ele não vai” Temos, portanto:

Karewa ikanai / \emptyset

(conteúdo narrativo = *dictum*) (enunciação zero, em termos formais; o *modus* seria: “eu”, o sujeito falante, concordo com essa premissa negativa)

b) a modalização pode, ainda, vir expressa pelos auxiliares modais designados *fukujoshi* (tais como *wa*, *mo*, *koso*, *dake*, *shika*, *made*, *sae*, *bakari* etc.). Tais auxiliares servem para descrever o conteúdo narrativo da dimensão do *dictum* (enquanto elementos sintáticos), mas ainda acrescenta a interpretação do enun-

ciador, tendo como característica a sua vontade de exprimir ao destinatário, a sua maneira de ver e interpretar o conteúdo narrativo. Ex.: *Bungakubuwa ano daigakuga yoi*. “**Quanto à** área de literatura, aquela faculdade é boa.” A informação simples do fato narrado é “A área de literatura daquela faculdade é boa” *Ano daigakuno bungakubuwa yoi*; mas o uso de *wa* na frase acrescenta-lhe uma interpretação do enunciador em influenciar o enunciatário como se quisesse dizer: “com relação a outras áreas, não posso dizer com segurança, há várias unidades boas, mas esta a que me refiro é garantida”

Um outro exemplo: *Jûrokusaino kodomomade heitaini torareta*. “**Até mesmo** crianças de 16 anos foram convocadas para servir o exército.” – o *made* exprime uma informação que carrega uma conotação de surpresa, de desapontamento ou crítica, imprimida pelo enunciador e que quer intencionalmente transmití-lo ao enunciatário.

Ex.: *Jûnindake kita*. “**Só** vieram 10 pessoas.”

Jûninshika konakatta. “Não vieram **mais do que** 10 pessoas.”

Jûninmo kita. “**Até** vieram 10 pessoas!”

Nos exemplos citados, *dake* e *shika* exprimem surpresa, porque foi aquém ou contra as expectativas; ao contrário *mo* exprime surpresa, mas porque o resultado foi além das expectativas. Os 3 exemplos exprimem um mesmo conteúdo narrativo: o fato de que vieram 10 pessoas. A diferença está nas várias interpretações desse fato pelo enunciador que usou *dake*, *shika*, *mo*.

Ex.: *Indojinmo bikkurishita*. “**Até** os indianos ficaram atônitos!”

Se não houvesse o conhecimento do contexto situacional de que se trata de uma enunciação de uma propaganda de “curry” em pó, a frase simplesmente significaria “alguém se surpreendeu e o indiano também ficou surpreso” o que significaria a transmissão de uma simples informação no nível semântico. O conhecimento comum e prévio da relação entre o indiano e o seu uso freqüente do “curry” estabelece uma condição de funcionamento pragmático na compreensão correta do *mo*. (Exemplo de Teramura Hideo)

- c) prosseguindo ainda com os auxiliares modais da língua japonesa, devo citar os *shûjoshi*, os que surgem no final do enunciado e que exprimem claramente vários tipos de modalidade (*ka, yo, ne, zo, wa* etc.).

Ex.: *Kyôwa samuiyo*. “Hoje está frio (**não é verdade?**)”, em que se espera uma aprovação ou uma concordância do destinatário.

Kyôwa samuine, em que se deseja forçar a decisão do destinatário.

Kyôwa samuizo, em que o enunciador deseja chamar a atenção do destinatário.

Kyôwa samuiwa, em que *wa*, sendo de uso feminino, já instaura um sujeito da enunciação do sexo feminino e mostra uma função semelhante ao *ne*, só que um pouco mais atenuada.

Watanabe alerta para o fato de que os elementos pertencentes a essa categoria não podem ser nominalizados (com a função de *no*, por exemplo) porque são nitidamente elementos da enunciação. Segundo Watanabe, os auxiliares verbais da categoria II e III têm a função muito semelhante à dos *shûjoshi*. As nuances variam também de acordo com a entonação dada ao enunciado.

Kitagawa Chisato, por exemplo, aponta a diferença entre os *shûjoshi na, wa* e *yo*. O primeiro estaria ligado a um assunto da 1ª pessoa, porque pressupõe uma relação pessoal especial, marcada por uma consciência de companheirismo, de maior intimidade entre os interlocutores (*nakamaishikiga haitta mono*). O segundo trata de um assunto da 2ª pessoa, porque pressupõe uma confirmação da relação interpessoal não marcada e não normal: é um trabalho de influenciar o enunciatário (*hanashiteeno hatarakikake*). Por outro lado, *yo* estaria ligado ao sentido de persistência ou insistência indevida (*oshitsukegamashii*), porque o enunciador enumera os fatos – embora não haja necessidade para tal – como fatos novos, para chamar a atenção do enunciatário.

- d) os auxiliares modais denominados *kantôjoshi*, que surgem no final de cada seqüência sintática, no interior da frase, como

partícula interjectiva, funcionam como elementos do domínio da enunciação.

Ex.. *Mô sugune kishagane kurukarane...* “Logo logo, **viu**, o trem **viu**, vai chegar, **viu...**”

Teramura afirma que os *kakujoshi* (partículas que indicam os casos dos termos da oração) têm como função o esforço do emissor em fazer o receptor reconhecer, de forma correta, um fato da realidade objetiva. Se esta afirmação é verdadeira, pode-se conjecturar se esse tipo de auxiliares sintáticos também não são elementos portadores de certa carga de modalidade... Quando digo, por exemplo, *lidesu. Konkaiwa watashiga ikimasu*. “Pode deixar. Desta vez **eu** vou.”, esse *ga* não estaria exprimindo modalidade? A simples explicitação do sujeito da frase, através do uso do *kakujoshi ga*, contrariando, inclusive a característica geral da língua japonesa, em que se procura, via de regra, suprimi-lo, parece exprimir uma modalidade de ênfase, através da qual, o enunciador procura chamar a atenção para o fato de que *ele* (o enunciador) vai, no lugar de uma outra pessoa.

- (3) Há, ainda, outros auxiliares modais que exprimem o modo de interpretação do conteúdo narrativo pelo enunciador: determinados *settôgo* “prefixos” e *setsubigo* “sufixos” Confirmam, por exemplo, o uso do prefixo de polidez em: *onamae* “(seu) nome”, *otokoro* “(seu) endereço”, *otoshi* “(sua) idade”, *okosama* “(seu) filho” etc. (O valor de polidez contido em *o-* não pode ser expresso na tradução para o Português). O prefixo *o-* indica que o interlocutor a quem o enunciador pergunta é nitidamente uma pessoa respeitada ou de status social mais elevado que ele, ou alguém a quem o enunciador quer expressar uma polidez.

Os sufixos *-san* “Senhor”, “Senhora”, “Senhorita” etc., *-tachi* (plural do substantivo e dos mostrativos), *-ra* etc. carregam noções modalizadoras imprimidas pelo enunciador, seja de respeito, seja de sua igualdade ou de inferioridade com relação às posições do enunciatário ou do objeto referido. Ex.: *Yamadasan* ≠ *Yamadasama* – *-san* com noção de polidez e *-sama* com noção de polidez mais acentuada, menor intimidade e maior respeito para com o “Senhor Yamada”

Alguns sufixos de polidez são usados, acoplados a profissões, como forma de chamamento: *ekichôsan* “Senhor agente

da estação”, *omawarisan* “Senhor guarda”, *yakushasan* “Senhor artista, senhor ator” etc.

- (4) Há também os denominados *kandôshi* “interjeições”:

Aa, *nanto kanashii kotodeshō*. “**Oh** que coisa mais triste!”

Nanda, *mada kokoni itanoka*. “**Nossa!**, ainda estava aqui?”

O *aa* da 1ª oração exprime emoção, enquanto o *nanda* exprime um certo desapontamento ou surpresa.

- (5) Devemos citar, ainda, certos verbos de atitude de enunciação, principalmente os verbos compostos e os auxiliares.

Ex.: *Kondowa nanio shidekashitanoka*. “O que (ele) **aprontou** desta vez?” – referindo-se ao filho rebelde, acostumado a fazer “peraltices”

Outros exemplos: *buchikowasu* “arrebentar”, *donaritsukeru* “explodir” (gritar e ralhar com agressividade), *motemasu* “não saber o que fazer com...” etc.

Cito também alguns exemplos de “verbos auxiliares” (*hojodôshi*): *nakushite shimatta* “acabou perdendo” (não queria, mas acabou acontecendo), *kodomoga dekiteshimatta* “acabou engravidando”, *oshietekureru* (“faz a gentileza” de me ensinar).

- (6) A modalidade pode também estar presente nos elementos de coesão de texto: certos conectivos (*setsuzokufukushi*, que indicam mudança de assunto), os dêiticos (tanto pessoais quanto demonstrativos) etc. Ex.: **Dakara kô natta**. “**É por esta razão** que ficou assim”· *tokorode* “bem...”, então...; *sate* “agora...”, *tsuqini* “a seguir...” as diferenças entre *watashi*, *ore* “eu”; *anata*, *kimi*, *shokun*, *omae*, *temee* “você”; *ano kata*, *ano hito*, *aitsu*, *yatsu*, *yarô* “ele” etc., as diferenças de sentido entre *kono/konna*, *sono/sonna*, *ano/anna* etc.
- (7) A noção de modalidade fica bastante evidente nas expressões de tratamento, particularmente abundantes em língua japonesa: já vimos alguns exemplos dos mostrativos pessoais (dêiticos); há, ainda, verbos que, sem os auxiliares modais, exprimem noção de polidez, respeito, modéstia etc. para com o destinatário. Ex.: *irassharu* como forma respeitosa de *iku* “ir”, de *iru* “estar” e de *kuru* “vir”; *oideninaru* como forma de polidez de *irassharu* “vir”; assim, temos *ossharu* para *iu* “falar”; *goranni naru* para *miru* “ver”; *omeshini naru*

para *kiru* “vestir”, *taberu* “comer” e *motomeru* “adquirir”; *kudasaru* para *kureru* “dar” etc. Observe-se também a progressão de sentido de respeito e polidez em expressões como *oshieru* (ensinar) → *oshiete kureru* (“faz a gentileza” de me ensinar) → *-oshiete kudasai* (pedido de “por favor”, me ensine) → *oshiete kudasaimasenka* (forma interrogativa negativa como forma mais polida do que a anterior) → *oshiete itadakenaideshôka* (não seria possível pedir o favor de me ensinar...) → *oshiete itadaketara arigatai monodesuga ...* (ficaria muito agradecido se pudesse fazer o favor de...). Os exemplos são inúmeros, mas não vale a pena enumerá-los exaustivamente agora.

- (8) As formas imperativas e as expressões de ordem e de pedido fazem, igualmente, parte das expressões de modalidade.

As formas imperativas verbais são pouco utilizadas na língua japonesa, porque provocam uma modalização de ordem por demais enfática.

Ex.: *Hareta mede yome!* “Leia com os olhos bem claros (esclarecidos, abertos)” Trata-se de uma frase usada numa propaganda de um editor para um novo lançamento, com o intuito provável de “chocar” ou chamar a atenção do consumidor, de forma agressiva, para a eficácia do produto.

A forma imperativa era considerada um tabu na propaganda. Porém, no exemplo citado, esse tabu é utilizado como gerador de efeito contrário, isto é, o de aumentar a eficácia da propaganda, através do impacto que a atitude ousada do anunciante causa no consumidor. Sugere, inclusive, uma espécie de forte auto-confiança do anunciante em seu produto, o que certamente aumenta o seu poder persuasivo.

Mas a comprovação da existência desse tabu pode ser verificada nos resultados de uma pesquisa (a que já me referi em trabalho anterior² e que novamente reproduzo aqui) sobre as expressões imperativas que surgiam num jornal japonês em contraste com as que surgiam num jornal inglês. A pesquisa, realizada por Higga Masanori e publicada em seu artigo “*Futatsuno Gengo, Futatsuno Bunka*” “Duas línguas, duas culturas”, mostrou que o inglês utilizava 62% de termos como “compre”, “beba”, “venha” etc. e apenas 38% de termos que não expressavam noção de imperativo. Ao contrário, mostrou que o jornal japonês utilizava:

- 70% de palavras sem noção de imperativo,
- 7% da expressão “...o *shimashô*” (“Vamos fazer...” – noção de convite ou pedido)
- 4% da expressão “...o *dôzo*” (“Sugerimos...”, “por favor, sugerimos...”)
- 3% de “...o *shimassenka*” (“Não gostaria de...?” – noção de convite)
- apenas 2% de expressões imperativas “...o *seyo*” (“Faça...”).

Podemos dizer, então, que o sentido de respeito ao interlocutor é um fator fundamental nas relações interpessoais dos japoneses, em que o enunciador não expressa de forma clara e incisiva a noção de ordem ou de imperativo. Ela surge no discurso de forma atenuada, camuflada por outras expressões que veiculam convite, pedido, persuasão atenuada.

Ao contrário, devido a esse mesmo princípio, as expressões de pedido são abundantes na língua japonesa. Ex.. ...o *shite kudasai* (“por favor, faça...”): *onegaishimasu* (“eu peço por favor...”), ...o *onegaidekimassenka* (“não poderia pedir a gentileza de...”), *dôzo yoroshiku* (“por favor, deixo inteiramente a seu critério”) etc.

- (9) Como já se deve ter percebido, uma das características da língua japonesa é a presença da modalidade em quase todas as categorias que compõem a sua língua. Entretanto, uma das categorias que trazem bastante riqueza de caráter modal – juntamente com os auxiliares modais denominados *jodôsho*, *shûjoshi* e *kandôshi* – são os denominados *fukushi* (“advérbios”). Verifiquemos um exemplo citado por Watanabe Minoru:

Sekkaku *furansumade kitanoni rûburuo minaide kaerunante zannenda.* (“É uma pena ter vindo **especialmente** até a França e voltar sem visitar o Louvre!”).

O advérbio *sekkaku* exprime uma modalidade de desapontamento, difícil de ser traduzido para o português. Trata-se de um “sentimento de pesar” pertencente ao *modus* e não ao *dictum*.

Vários autores classificaram os *fukushi* em vários grupos, de acordo com os diversos sentidos que veiculam no interior da enunciação. Citarei apenas as funções dos *jôtai fukushi* (adv. de modo),

teido fukushi (adv. de intensidade) e os *chinjutsu fukushi* (adv. de modalidade), propostos por Teramura Hideo et alii, no livro *Nihon bunpô kêsû sutadîi* “Gramática Japonesa estudo de alguns casos”

Os do 1º grupo, têm como função exprimir o modo de ser do fato narrado (*kotogarano sama*). Nesse sentido, são semelhantes ao *keiyôshi* (“adjetivo”) ou *keiyôdôshi* (palavras que exprimem qualidade ou estado).

Ex.: *Amega zaazaa furu* “Chove torrencialmente”; *parapara* “chuviscar”, *shitoshito* “intermitentemente, mas em quantidade pequena”; *dotadota aruku* “andar barulhentosamente”; *yoroyoro* “cambaleantemente”, *nosonosô* “devagar e displiscentemente” etc. Verifiquem também *dorodori toketa* “derreteu pastosamente”; *betabetani nutta* “pintou de forma a ficar pegajoso”; *subete* “tudo, sem exceção”; *wazato* “de propósito” etc. (Obs.: destaquem-se, nesta categoria, as funções das onomatopéias na construção da modalidade.)

Os do 2º grupo, isto é, os *teido fukushi* são também inúmeros: *totemo hiroi* “é muito amplo”, *zutto hiroi* “é muito mais amplo”, *kanari* “consideravelmente”, *wariai* “razoavelmente”, *sukoshi* “um pouco” etc. O grau de intensidade expresso por esses *fukushi* são bastante pessoais e dependem exclusivamente da subjetividade do enunciador. Por exemplo, um mesmo quarto de 6 “tatami” pode ser *totemo* “muito” *hiroi* para Haruko, *kanari* “consideravelmente” *hiroi* para Natsuko, *wariai* “razoavelmente” para Akiko e *sukoshi* “um pouco” para Fuyuko.

Os do 3º grupo, os *chinjutsu fukushi* relacionam-se mais diretamente com a modalidade expressa pelo enunciador, tanto que Yamada e Tokieda incluíram-nos na categoria de *shi* (função relacional enunciativa – *shutaiteki tachibano hyôgen*).

Ex.: *zettaini* “de jeito nenhum”, *chittomo* “nem um pouco”, *mettani* “dificilmente”, *kesshite* “jamais”, *tabun* “provavelmente”, *kitto* “tenho certeza”, “tenho esperança”, *kanarazu* “sem falta”, “com certeza” etc.

Watanabe Minoru considera separadamente os advérbios que dão clara continuidade ao complemento do conteúdo discursivo, os que prevêm o conteúdo narrativo da frase, denominando-os

yûdô fukushi (“adv. condutivos” ou “solicitativos” de continuidade do conteúdo discursivo). São eles: *mochiron* “certamente”, *saiwai* “felizmente”, *ainiku* “infelizmente”, *semete* “pelo menos”, *omakeni* “além disso” etc. Vejamos os exemplos dados por Watanabe:

Ex.: ***Mochiron*** *qenshoo yomimasu*. “**Evidentemente**, lerei o texto original”

Saiwai *kyôtoni sumu kotonni natta*. “**Felizmente**, vou morar em Kyoto”

Ainiku *ima mochiawasega nai*. “**Infelizmente**, agora não estou preparada monetariamente”

Semete *hangakudemo yûzushite moraemasenka*. “**Pelo menos**, não dá para (o senhor) arranjar (ajeitar) a metade dessa quantia?”

Omakeni *jinanmade sensôni torarete shimaimashite...*
“**Além de tudo**, até o segundo filho foi convocado para a guerra...”

São várias as pesquisas realizadas no campo da classificação dos advérbios da língua japonesa. Parecem, inclusive, estarem mais adiantados do que os estudiosos brasileiros que se declararam, no último Seminário do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos), realizado em junho deste ano, na Universidade de São Paulo, ainda não preparados, inclusive, a redefinirem o conceito da categoria a que se costuma chamar de “advérbio”. O grupo de estudos, formado por grandes nomes como Ataliba T. de Castilho, Rodolfo Ilani, Célia de Castilho, Sírio Possenti, Carlos Franchi e outros, declarou serem falsas todas as argumentações da gramática tradicional para definir o advérbio. É falso dizer, por exemplo, que o advérbio é uma palavra invariável, pois variam em função do substantivo que está próximo (cf. *menos* coisas e *menas* coisas); é falso também dizer que se relaciona ao verbo, ao substantivo ou a outro advérbio (cf. ex.: As coisas *aqui* do bairro...” – é um dêitico do substantivo); a noção de que o advérbio indica circunstância ou modificação também é uma afirmação perigosa (Ex.: *Ali*, o hábito é... – os chamados advérbios circunstanciais são todos dêiticos e, portanto, portadores de uma natureza de referência, a partir da enunciação).

Fica, portanto, difícil a sua classificação. Só se tem certeza de que há advérbios que indicam interferência na estrutura da sen-

tença, outros que indicam sentenças encadeadas de discurso e alguns que operam nos dois níveis (cf., por exemplo, *Agora* são três horas; Fulano é bom. *Agora*, na parte de assinar, é péssimo!; *Sinceramente*, ... (deve ser tomado em bloco, pegando a frase toda). O “agora” do exemplo anterior é ambíguo: significa “ora, logo, entretanto”).

É preciso classificá-los adequadamente, à luz de estudos profundos, para depois se pensar em ordem e definição. Parece, entretanto, que os advérbios de discurso geralmente aparecem no início da frase, articulando-a. Mas os autores prometeram uma publicação sobre os resultados dessas pesquisas dentro de um ano, o que aguardamos com ansiedade, principalmente aqueles sobre os advérbios que exprimem modalidade.

- (10) Há, ainda, as expressões de *kanô* (possibilidade), *ukemi* (passividade) e *jihatsu* (espontaneidade), além de *sonkei* (respeito) e *shieki* (causalidade), como recursos de modalização. Refiro-me aos auxiliares modais *reru/rareru*, *seru/sareru* e a verbos que exprimem essas noções. As expressões com valor de espontaneidade são particularmente abundantes em língua japonesa, em vista do valor cultural de “natural”, da interpretação de que “os acontecimentos são consequência da natureza”, de que “tudo flui naturalmente” Vejamos alguns exemplos: quando o japonês diz – *to kikoetayo*, só podemos traduzir, na maioria das línguas ocidentais, como “**Eu**, creio que **ela** disse...” Ficam explícitos, na tradução, o sujeito da enunciação e o referente, isto é, o elemento descritivo no enunciado que praticou a ação de dizer. O exemplo se refere à enunciação de um garoto, que vê uma vendedora (daquelas que operam dentro dos trens japoneses) dizer, por engano, ‘Não aceitam café, sucos e *cervejinha quentinha*’, em de “café quentinho”.³

O menino do exemplo, a propósito do erro da vendedora, disse apenas *hotto biiruto kikoetayo* “ouviu-se cerveja quentinha” De certa forma, mesmo o garoto – uma criança que se expressa de forma franca e emotiva – expressou-se de forma descompromissada e relativamente indiferente.

Outro exemplo: *Tsukiga mietayo*. “Foi possível ver a lua!” – é expresso de forma a atenuar a modalização subjetiva, narrando algo que lhe surgiu diante das vistas, como se fosse algo espontâneo (*jihatsu*) ou um percurso normal da natureza (*shizentenkai*).

Os principais comportamentos conscientes do homem, como “ver”, “ouvir” e “pensar”, são, geralmente, expressos em japonês por verbos que veiculam sentido de *jihatsu* (naturalidade ou espontaneidade): *kikoeru* “ouve-se”, *mieru* “vê-se” e *omoeru* “pensa-se”. O exemplo *Soyokazega hadani kimochiyoku kanzera-ru* “A brisa pode ser sentida de forma agradável à pele.” mostra uma pequena subjetividade do enunciador, porque, segundo Araki, constitui um método de uso da noção de espontaneidade (*jihatsu yôhō*). O sujeito da enunciação não assume totalmente o conteúdo narrativo do enunciado ao mostrar sua subjetividade na enunciação. A relação entre o *dictum* e o *modus* do enunciador funde-se dentro de uma atmosfera vaga e indefinida. A relação se estabelece entre *dokokaratomo naku yatte kita soyokaze* (“um vento que simplesmente surgiu, não se sabe bem de onde”) e o *watashi* (o “eu”, sujeito da enunciação). O mesmo exemplo pode também sugerir noção de *kanô* “possibilidade”, razão pela qual, muitas vezes se torna difícil discernir se a posição tomada pelo enunciador foi a de enfatizar a noção de espontaneidade contida no conteúdo narrativo ou a noção de possibilidade. No exemplo dado, o sujeito da enunciação não tem a intenção de convencer o enunciatário, mas, talvez, apenas o de narrar o fato.

As noções de *jihatsu* são difíceis de serem detectadas numa tradução em língua portuguesa, assim como se torna impossível transmitir o sentido de *keigo* porque a nossa língua não prevê formas de respeito acopladas diretamente ao verbo. Ex.: *Senseiga korareta* “O professor veio”

Por outro lado, a forma *minnani mirareru* “é visto por todos” pode se assemelhar à forma passiva do português, mas como explicar e traduzir o sentido da “passiva de amolação” (*meiwaku-no ukemi*), contido no exemplo *Kyakuni korareru* “Apareceu-me uma visita” ou *Ameni furareru* “Fui surpreendida pela chuva”. A elaboração da passiva com verbos intransitivos é peculiar à língua japonesa. Araki e Kuno Susumu afirmam que a passiva da língua japonesa assemelha-se também às noções de “espontaneidade” e de “curso ou desenvolvimento natural dos fatos”. Assim, as formas de respeito expressas por *reru/rareru* partem igualmente dessas noções.

- (11) Não poderíamos deixar de citar ainda, como fatores desencadeadores de modalidade, certas *expressões cristalizadas* tais como: *-ni chigainai* “é certo que”, *-qa hitsuyôda* “é necessário que”,

-ga kanôda “é possível que”, -kamo shirenai “é provável que” etc.; certas orações ou proposições modalizadoras como -to handansuru, shôchishite iru “eu julgo”, “eu estou ciente”. -to omou, -to iu kiga suru “eu acho que”, “eu acredito que / tenho a impressão de que”, -suru hazuda / -ni machigainai “não há dúvidas de que”, machigainaito omou / kakujitsudearuto omou “tenho a certeza de que” etc.; certos performativos explícitos, indicadores de atos ilocucionários como -to yakusokusuru “eu prometo”, -kotoo chikau “eu juro”, -to meireisuru “eu ordeno”, -kotoo tanomu / onegaisuru “eu solicito” etc., ainda certos torneios lingüísticos dotados da função intencional como onegaishimau / -te kudasai “por favor”, kono tooridesukara / dôka “por piedade” etc.; certas expressões de cumprimentos; jaane ≠ sayônara “até logo” (de acordo com o tipo de relação interpessoal, com bases no fator intimidade ou distanciamento); expressões de pedido tais como dôka, nanitozo, kureguremo, zehitomo, oriitte etc.; certas expressões de chamamento (yobikake hyôgen): anoo..., oi, chotto, moshimoshi etc.

Devo acrescentar que há ainda função modal que recobre a frase toda. Nela, torna-se difícil detectar as categorias que exprimem a modalidade. Ex.: *Kimini sonna geiga arunoka*. “Não sabia que você tinha esse dom” De acordo com as circunstâncias que envolvem a enunciação, posso determinar, pelo menos, dois sentidos que configuram a sua subjetividade: uma surpresa diante da descoberta inesperada desse “dom”, pois era de se esperar que *kimi* não tivesse esse ou nenhum tipo de dom; e um julgamento de dúvida cujo sentido seria: “na verdade, é difícil de se acreditar nesse dom”

- (12) Alguns conectivos (*setsuzokujoshi*) podem também exprimir modalidade. Ex.. *Kanenara attanoni...* “Se o problema era dinheiro, eu o tinha” O exemplo dado envolve o sentido de mortificação ou desapontamento do enunciador, pois, este acha que não havia necessidade de o sujeito da ação se humilhar e pedir para os outros. Acresce-se a esse sentido, o sentimento de reprovação ou de ataque ao sujeito que pediu dinheiro emprestado. Confirma, também, o exemplo *Yûgata toshinbudewa amega hageshiku futtandatte?* “É verdade que no centro da cidade caiu uma chuva violenta, à tarde?” Verifica-se, aí, uma atitude de espanto do enunciador e a sua intenção de comunicar esse espanto, camuflado sob a informação da chuva, contida no enunciado.

Estou certa de que não enumerei todas as categorias lingüísticas, passíveis de função modalizadora no processo da formulação da enuncia-

ção. Mas pela lista exhaustiva que acabo de apresentar, nota-se que a maioria dos recursos da língua japonesa pode e traz marcas de diferentes modalidades (ainda em estágio de serem estudadas com profundidade, principalmente inseridos em contextos maiores, isto é, dentro de textos e discursos acabados e completos). A necessidade de se sistematizar os vários recursos de argumentação contidos no interior da língua japonesa vai depender da ajuda de outras ciências além da Lingüística e da Retórica. Penso na Psicologia, na Antropologia, na Sociologia. As teorias semióticas, as teorias pragmáticas e o desenvolvimento da teoria discursiva têm trazido grande ajuda para a compreensão dos fatos da enunciação, mas é imperiosa a junção de forças num nível interdisciplinar, para se chegar a uma unidade conceitual, metodológica e até filosófica sobre a questão discursiva.

Seguindo tal trajetória, será possível chegar-se à detecção de expressões que possam configurar a visão de mundo dos japoneses. Será possível tirar, com o mínimo de certeza, conclusões sobre a estrutura de valoração dos fenômenos do mundo natural, através da língua. Labov já dizia que a linguagem é um índice sensível de muitos processos sociais. Outros autores não menos famosos (Sapir-Whorf, Humboldt, Trier, Porzig etc.) diziam que a língua organiza o mundo e que a linguagem está ligada a uma visão de mundo global; o fato de existir uma língua por nação indica que essa mesma língua permite mostrar o espírito dessa nação, de tal forma que as categorias mais fundamentais de tempo, espaço, sujeito e objeto são diferentes em línguas diferentes.

Mas enquanto, por força da especialização e da fragmentação das ciências, esse ideal não ocorre, somos obrigados a nos arriscar a lançar algumas hipóteses sobre as peculiaridades das expressões de modalidade da língua japonesa, enquanto parte dos elementos reveladores do seu mundo específico de recorte da realidade.

Diremos, com bastante ousadia, que a língua japonesa, embora possuindo um grande número de expressões que indicam modalidade e intenção do enunciador, tem como característica, fazê-los através de recursos vinculados com o sentido de “espontaneidade”, e do “fluir da natureza” como o levantou Araki Hiroyuki. A mesma característica é levantada também por Ônu Susumu, Hayashi Shirô e outros. Assim, a subjetividade do enunciador japonês torna-se, muitas vezes, neutralizada e atenuada, em que numa enunciação como *Kazega kimochoyoku kanzerareru*, o enunciador não assume totalmente o conteúdo do *kanjiru* “sentir” ou, em outras palavras, não se posiciona claramente diante desse conteúdo narrativo. A distância entre o conteúdo narrado e o seu remetente é, muitas vezes, pequena, em que o posicionamento deste se torna tão atenuado a ponto de se fundir com

o *dictum*, dentro de uma atmosfera vaga e indefinida. São numerosos, em japonês, os casos em que as formas ditas *ukemi* (mal traduzidas para “passivas”) se realizam como a voz passiva de nossa língua. Araki realizou uma pesquisa na obra *Kokoro*, de Sôseki, e verificou que dentre as 260 formas de *ukemi*, apenas 70 traziam claramente a noção de “ação do agente da passiva” Mesmo nesses exemplos, o agente não tem o sentido exato de “agente” ou de “causa-efeito” que se verifica no inglês. Ex.: *Senseino bôshiga kazenî fukarete ochita*. “O chapéu do professor caiu, sendo soprado pelo vento” *Kazenî* indica que a consequência “o chapéu caiu” se deve a um percurso natural da natureza. Conclui-se, portanto, que essa forma passiva é, antes, uma expressão semelhante ao *jihatsu* (espontaneidade).

Os auxiliares verbais *seru / saseru* e *reru / rareru* se transformam, respectivamente, de voz causativa e passiva em formas de ordem e de respeito, partindo, ambos, da noção de “espontaneidade” Para os japoneses, afirmam Araki e Ôno, o valor está nos “elementos que devem ser respeitados”, isto é, o valor cultural de respeito ao natural e às transformações da natureza.

O japonês exprime noções modais de ordem, de pressão e de proibição, de maneira indireta, atenuada. Quando diz *Benkyôseneba naranu* “É preciso estudar”, o enunciador está apenas transmitindo ao enunciatário o seu julgamento e não imputando-lhe uma obrigação. É como se quisesse apenas alertar para o fato de que “se você não estudar, não vai chegar a um resultado satisfatório e equilibrado” A expressão *-neba naranu* traz apenas um alerta, uma modalização diferente do português, contida em “Você deve estudar” entendida como uma necessidade compulsiva.

Araki afirma que a base da diferença de valoração entre o Ocidente e o Japão está no fato de que o primeiro prega o amor, um conceito próprio da coexistência entre os indivíduos, na relação indivíduo/indivíduo; já o Japão prega o princípio da “paz” (*wa*), isto é, um valor relacionado com o coletivo (relação indivíduo/coletividade). Assim, a realização pessoal do indivíduo japonês reside, diz o autor, na negação do próprio eu, na filosofia do *mu* (o nada, a inexistência), talvez advinda da religião budista. Os valores de persuasão e argumentação recaem, pois, no elemento *mono* “coisa” e *koto* “acontecimento”: o *mono* como o princípio do mundo – o mundo com regras, e o mundo imutável – e o *koto* como o não-princípio do mundo, como algo cada vez único, mutável, mas sempre dirigido pelo poder da natureza.

Haga Jun ressalta ainda a filosofia do *naru* (“transformar-se”, “tornar-se”) como outra característica da cultura japonesa. *Naru* significa, segundo ele, o surgimento de um estado de coisas novo, advindo da transformação

de um outro fato ocorrido, de forma involuntária, espontânea, no decorrer natural do tempo. É por isso que se justifica a camuflagem da modalidade do enunciador da frase *Kondo kekkonsuru koton narimashite...* “Aconteceu de eu me casar brevemente...” O casamento, em si, não surge como objeto da intencionalidade ou da vontade do enunciador, mas como consequência de um fato natural, provocado pelo destino.

Não citei, ainda, o papel dos pressupostos e, principalmente dos subentendidos na língua japonesa, mas o psicolinguista Haga Jun cita, em seu livro *Nihonjinno Hyôgen Shinri* “A psicologia da expressividade do povo japonês”, como base do comportamento comunicativo dos japoneses, o princípio do *kataranu koto* (do não narrar/não falar), que consiste no fato de o enunciador fazer pouco esforço para fazer o enunciatário entender a sua posição (do primeiro). Daí, surge uma outra característica da língua japonesa: *tsutaeru ishiga nai mamani tsutawaru*. “A comunicação se efetiva, sem que se tenha intenção de fazê-lo” Assim, continua Haga, os japoneses não se acostumam muito com o tipo de comunicação em que enunciador exprime clara e agressivamente a sua intencionalidade. Em contrapartida, são poucas as enunciações que procuram indagar ou verificar o sentimento, as opiniões ou as razões do próximo. Vivem, enfim, dentro de uma cultura em que não se explicam muito entre si. O papel de compreensão dentro desse esquema de pouca explicação fica por conta do *sasshi* “percepção”/“intuição” do interlocutor, o que facilitaria a comunicação entre os indivíduos. O conceito de *sasshi*, portanto, é considerado, segundo ele, como sendo uma virtude a que se deve dar grande valor no interior da vida social. Nos mecanismos discursivos do japonês, surgem, então, dados culturais baseados em conceitos como “consideração” (*omoiyari*), “preocupação” (*kikubari / kokorozukai*), “cerimônia” (*enryo*) para com o interlocutor. Assim, a intuição passa a desempenhar um papel fundamental na comunicação enquanto recurso de melhoria das relações interpessoais. A concepção de *Kande aitenoko kokoroo yomu* “Apreender os sentimentos do próximo através da intuição” torna-se uma qualidade altamente desejável para o falante da língua japonesa.

Inúmeras modalidades discursivas mostram, portanto, a técnica da expressão da nuance e da não precisão – a técnica de atenuar os contornos significativos. Confirmam, por exemplo, as expressões: *nantonaku, betsuni, dôto iu kotomo naikedo, -nohônî shutchôshite imasu, chotto..., yahari sono henga mondaidato omou, Shinjukuka dokokae itte sushinanka tabetchat-teyô, nanibuntomo yoroshiku, sono uchi, tekitônî, ikubun, tashô* etc.

Nessa mesma linha, usam expressões que atenuam francamente uma afirmação ou uma tomada de posição quanto ao que estão narrando: *-dewa nai deshôka, -janaikato omoimasukeredo, -to iesôna kiga shimasu, -to uke-*

torarekanenai nodewanaikato omoerunodesuga..., -to ienakumo naikato iu yôna kiga shimasuga... etc.

A concepção de *shizen* “próprio da natureza” é, também, ainda segundo Haga, um símbolo positivo, enquanto a concepção de *fushizen* “anti-natural” se torna um símbolo negativo dentro da cultura japonesa. É por esta razão, continua, que a Retórica não se desenvolveu no Japão. Com efeito, a Retórica é técnica de bem expressar os sentimentos, as opiniões e as relações entre os fatos, para melhor persuadir o ouvinte. Ao contrário, no Ocidente, valoriza-se a idéia de que a comunicação tem como função, mudar o destinatário, porque está relacionada com a noção de “controle” sobre ele.

Kindaichi Haruniko⁴ registra, ainda, a preferência dos japoneses por formas atenuadas e vagas e por formas negativas às formas afirmativas. Ex.: *Sankaibakari ittaga...* “Fui **umas** três vezes, *Ochademo nomimasenka* “Não quer tomar (**por exemplo**) um chá?” etc. Em vez de usarem “eu quero viver”, preferem a forma negativa *Watashiwa shinitakunai* “Eu não quero morrer” Pode-se, também, segundo Kindaichi, perceber a atenuação em expressões tais como: *botsubotsu ikimashô* “Vamos indo... (daqui a pouco)” O *botsubotsu* é para daqui a 5 minutos?, 10 minutos?; *Shibaraku* “um certo tempo” etc. Kindaichi afirma que a maioria das expressões lingüísticas do japonês é do tipo que sugere um sentido geral e vago. E acusa como causa dessa característica o fato de que a língua japonesa é um código em que o enunciador pressupõe a percepção do enunciatário, em que o primeiro confia na intuição do segundo e em que se espera que esse enunciatário aplique sempre o princípio do esforço em compreender o enunciador.

De qualquer maneira, para se investigar com segurança todos esses fatos da enunciação, é preciso que se recorra ao método da teoria pragmática em que se torna claro o conceito de “Situação de enunciação”, denominado, por alguns estudiosos japoneses, de *ba*, em que se instauram todos os componentes do momento da enunciação.

É necessário, pois, estudar não só uma teoria semântica das proposições (a semântica das condições de verdade ou falsidade do enunciado), mas também uma teoria semântica-pragmática das atitudes proposicionais. Tal postura levar-nos-á a resultados mais seguros na classificação da lexicalização das modalidades da língua japonesa, na classificação de seus recursos de argumentação e persuasão, em classificação mais confiáveis dos advérbios (em advérbios de enunciado e de enunciação) e na sistematização dos tempos, do modo ou do aspecto verbais.

Para a sistematização das expressões que veiculam as modalidades do necessário, do possível, do impossível e do contingente, as atitudes de

esperança e de crença, as atitudes do negar, do ordenar etc., é preciso desvendar a intencionalidade do sujeito da enunciação, em situação de interação comunicativa. Infelizmente, nos estudos japoneses, parecem ser os estudiosos do campo da lingüística aplicada ao ensino da língua japonesa os que mais se dedicam ao desenvolvimento desse assunto.

Se não há informação sem persuasão (por mais atenuada que ela seja), é preciso que verifiquemos melhor, de um lado, as figuras argumentativas ou retóricas do japonês, através das quais se procura mudar (de forma clara ou atenuada) as crenças e os comportamentos dos ouvintes e, de outro, o emprego dos objetos estéticos, através dos quais não se procura a adesão do ouvinte mas apenas a expressão do sentido estético na fala (cf. certos usos de *desu*, *masu* etc., nas quais se imprime apenas uma função estética de embelezar o discurso).

Essas investigações poderão nos levar a saber como funcionam os mecanismos de ajuste social do indivíduo japonês, como funciona o discurso complacente do japonês, que provoca uma certa incerteza na apreensão das intenções veiculadas pelo enunciador e, finalmente, como o japonês lida com as contradições que lhe são impostas pelas concepções tradicionais e cristalizadoras de um lado, e, de outro, pelas rupturas e inovações próprias da vida moderna. O discurso deve ter, em sua base, uma função transformadora e não apenas de assimilação ou de acomodação dos indivíduos nos mecanismos codificados de *jihatsu*, *shizentenkai* ou *shizenno nariyuki*, como afirmam tantos autores japoneses.

É preciso acabar com o subterfúgio de dividir as investigações da língua japonesa em dois grupos diferentes: de um lado, os estudos do *kokugogaku* (que insistem em permanecer no nível da gramática das frases) e, de outro, os pertencentes ao grupo do *kokugokyôiku* (da lingüística puramente aplicada ao ensino, sem o respaldo de teorias ou modelos teóricos perfeitamente adequados à língua japonesa). Essa divisão tem produzido resultados insatisfatórios no campo dos estudos da modalidade da língua japonesa, pois resulta de uma mera facilitação de tarefas, em que cada qual permanece confinado em sua área restrita, recusando-se a “interferir” na área do outro.

É desejável que os estudiosos da lingüística aplicada ao ensino da língua japonesa investiguem de modo a evitar a simples aplicação de modelos ocidentais. Mas, em contrapartida, o fato de aceitarem a teoria do discurso e chegarem ao discernimento de que as estruturas *...ni ...ga aru* e *...wa ...ni aru* são estruturas semelhantes do ponto de vista de um referente da vida real, isto é, do significado de que “há algo em um certo lugar”, mas que essas estruturas diferem quanto à atitude ilocucionária, já é um avanço.

É preciso, por outro lado, que os lingüistas teóricos dêem um passo além de Tokieda e Watanabe, os quais contribuíram de maneira decisiva para o início da teoria da enunciação.

É certo que se deva acreditar na língua como um dos meios mais eficazes para a detecção da maneira de interpretação de mundo de um povo e da maneira de transmissão dessa interpretação. E é em face dessa crença que se pode prosseguir nas pesquisas de apreensão dos mecanismos de produção das modalidades da língua japonesa. É através da investigação delas que se pode chegar aos mecanismos de argumentação e de persuasão do japonês para tentar, a partir daí, apreender o seu modo de interpretação e transmissão da realidade. Os valores e idéias contidos nos discursos só são detectáveis mediante o estudo de sua produção e de sua natureza. O sentido veiculado pelo discurso nasce e se desenvolve no interior da sociedade e em contacto com a cultura. As modalidades passam, então, a exprimir valores, conceitos e posições. A relação de dependência desses valores com a persuasão já se tomou um fato inegável. Estudá-los em profundidade constitui uma das possibilidades de se obterem dados culturais e ideológicos que norteiam e justificam nossos modos de viver, de pensar e de sentir.

NOTAS

- (1) Quadro apresentado por Watanabe Minoru, em Conferência proferida no Collège de France, em 20 de março de 1984, posteriormente traduzido para o francês na Rev. *Travaux de Linguistique Japonaise*, sob o título “*Les modalités de l'énoncé*”.
- (2) Refiro-me ao artigo “Alguns aspectos da língua japonesa moderna – a língua enquanto elemento revelador de sua realidade”, publicado na Rev. *Estudos Japoneses* III, São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1983.
- (3) O exemplo é dado por Araki Hiroyuki, em seu livro *Nihongokara nihonjin'o kangaeru* (“Pensar o japonês, através da língua japonesa”).
- (4) KINDAICHI, Haruhiko – *Nihongo no Tokushitsu*, 1980, p. 124

BIBLIOGRAFIA

- AIBARA, Rinji – “*Kôkoku kopiino hyôgenno kenkyû*” In: *Bungei Gengo Kenkyû - Gengohen* – nº 6. Tóquio, Tsukuba Daigaku Bungei. Gengogaku Kei, 1981 - pp. 103-122.
- ARAKI, Hiroyuki – *Nihonjinno Shinjô Ronri*. Tóquio, Kôdansha, 1979.
- ARAKI, Hiroyuki – *Nihonjinno Kôdôyôshiki*. Tóquio, Kôdansha (Gendai-shinsho), 1973.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de – *Teoria do Discurso – Fundamentos Semióticos*. São Paulo, Atual, 1988.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de – “Retórica, Pragmática e Semiótica” – In: *Linha d’Água*. São Paulo, APLL, 1989 pp. 63-71.
- CITELLI, Adilson – *Linguagem e Persuasão*. São Paulo, Ática, 1986.
- DUCROT, Oswald – *O dizer e o dito* (Le Dire et le Dit). São Paulo, Pontes Editores, 1987 (obra original 1984).
- GERALDI, João Wanderley – “Algumas observações sobre o estudo da significação” In: *Rev. Sobre Semântica*. Série Estudos 5. São Paulo, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1978. pp. 46-55.
- GUIMARÃES, Eduardo – “O intencional e o conversacional na constituição do sentido” In: *Rev. Sobre Semântica*. Série Estudos 5. São Paulo, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1978. pp. 37-45.
- HAGA, Jun – *Nihonjinno Hyôgen-Shinri*. Tóquio, Chûkôgyôsho, 1979.
- HAYASHI, Shirô – “*Nihongono bunno katachito shisei*” In: *Danwano Kenkyûto Kyôiku I* – Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo. Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1982. pp. 43-62.
- HAYASHI, Shirô – “*Danwa kôdôno taiporoji*” In: *Rev. Nihongogaku*, vol. 2. Tóquio, Meiji Shoin, julho de 1983. pp. 24-31.
- HAYASHI, Shirô – “*Bunno kôwashisei*” In: *Rev. Bungei Gengo Kenkyû Gengohen* - nº 6 Tóquio, Tsukuba Daigaku Bungei. Gengo Kei, 1981. pp. 29-52.
- HAYASHI, Shirô – “*Bunshôno imiron*” In: *Bungei Gengo Kenkyû Gengohen*, nº 9. Tóquio, Tsukuba Daigaku Bungei. Gengogaku Kei, 1984. pp. 1-27.

- HIGA, Masanori – “*Futatsuno gengo, futatsuno bunka*” In: *Rev. Gengo*, vol. 5, nº 10. Tóquio, Taishûkan, outubro de 1976.
- IKEGAMI, Yoshihiko – “*Tekusutoto tekusutono kôzô*” In: *Danwano Kenkyûto Kyôiku I*. Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1982. pp. 7-41.
- KINDAICHI, Haruhiko – *Nihongono Tokushitu*. Tóquio, Kyôiku Terebi NHK Daigaku Kôza, 1980 (abril-setembro).
- KINDAICHI, Haruhiko – *Nihonjinno Gengo Hyôgen*. Tóquio, Kôdansha, 1975.
- KITAGAWA, Chisato – “*Hatsugenno kaisokôzôto ‘kotoba’ no shutaisei*” In: *Rev. Nihongogaku*, vol. 3. Tóquio, Meiji Shoin, agosto de 1984, pp. 31-42.
- KOCH, Ingedor G. Villaça – “A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa.” In: *Anais do XIII Seminário do GEL*. São Paulo, Campus de Araraquara, GEL, 1986.
- MINAMI, Fujio – “*Nichijôkaiwano kôzô – tokuni sono tan’i*” In: *Gengo*, vol. 1, nº 2. Taishûkan, maio de 1972. pp. 28-35.
- MINAMI, Fujio e Tanaka, Nozomi – “*Danwani okeru jojutsuno kôzô*” In: *Danwano Kenkyûto Kyôiku I*. Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1982. pp. 63-89.
- ÔNO, Susumu – “*Nihonjinno shikôto nihongo*” In: *Rev. Gengo*, vol. 35, Tóquio, Iwanami Shoten, dezembro de 1967, pp. 1-13.
- PARRET, Herman – “A atitude proposicional e o contexto accional” In: *Rev. Sobre Semântica*, Série Estudos 5. São Paulo, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1978 pp. 7-36.
- SAKAKURA, Atsuyoshi – “*Nihonjinno kanjôto gengo*” In: *Gengo*, vol. 1, nº 2. Tóquio, Taishûkan, maio de 1972. pp. 12-19.
- TANAKA, Nozomi – “*Nihongo kyôikuto danwano kenkyû*” In: *Danwano Kenkyûto Kyôiku I*. Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1982. pp. 113-133
- TANI, Yutaka – “*Gengoto bunka*” In: *Gengo*, vol. 1, nº 6. Tóquio, Taishûkan, setembro de 1972, pp. 10-18.
- TERAMURA, Hideo – “*Mûdokeishikito imi – toritate joshini tsuite*” In: *Bungei Gengo Kenkyû - Gengohen*, nº 6. Tóquio, Tsukuba Daigaku Bungei. Gengogaku Kei, 1981, pp. 53-67
- TERAMURA, Hideo et alii – *Kêsu sutadii – Nihon Bunpô*. Tóquio, Ôfûsha, 1987

- TOKIEDA, Motoki – *Kokugogaku Genron*. Tóquio, Iwanami Shoten, 1971.
- WATANABE, Minoru – *Kokugo Kôbunron*. Tóquio, Haniwa Shobô, 1974.
- WATANABE, Minoru – “Les modalités et l’enoncé” In: *Travaux de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris 7, volume VII, 1984. pp. 9-23. (Tradução de uma conferência proferida pelo autor no Collège de France, em 20 de março de 1984.)
- WATANABE, Minoru – “*Une proposition a propos du ‘Sens’*” In: *Travaux de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris 7, volume VIII, 1984, pp. 24-38. (Tradução de uma conferência proferida pelo autor no Collège de France, em 27 de março de 1984.)
- WATANABE, Minoru – “*Le signification en Linguistique Japonaise de la théorie de l’énonciation*” In: *Recherches en Syntaxe – Travaux du groupe de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris 7, volume IV, L’asiathèque, 1977. pp. 7-16.
- YAMADA, Masaki – “*Shôryakuni okeru gengogai jôhônô dentatsu*”, “On the communication of Deictic Information in conversations in which ellipsis occurs” In: *Nihongo Kyôiku* n° 67, março de 1989. Tóquio, Nihongo Kyôiku Gakkai, pp. 99-110.
- YAMADA, Yoshio – *Nihon Kôgohô Kôgi*. Tóquio, Hôbunkan, 1970.
- YAMADA, Yoshio – *Nihon Bunpôgaku Gairon*. Tóquio, Hôbunkan, 1936.